

ATA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2022, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Roseli Kraemer (RPR), Simone Kelly (RPR), Alderon Costa (Rede Rua), Adriano Nicolau (SMSU), Maria Luiza Franco (SMS), Márcia Matsushita (SME), Humberto Carmo (SMSUB), Guilherme Nogueira (SEHAB), Isabel Pereira (SMADS); **MEMBROS SUPLENTE**S: Lindalva Souza (RPR), Átila Pinheiro (RPR), Robson Mendonça (MEPSR), José Vicente Oliveira (CDHLG), Cleiton Ferreira (É de Lei), Luiza Trotta (SMDHC), Edilene Magalhães (SMDET), Fabiana Pires (SMS), Maria Lisabete (SMADS), Cleuber Gonçalves (SME), Paulo César Chaves (SMSU); **PARTICIPANTES**: Castor Guerra (PopRua), Fernanda Abreu (Conselho Tutelar - Sé), Nilson de Jesus (Universidade de São Paulo), Daniel Almeida (SMDHC/CPIR), Ana Katarina Barbosa (SMDHC/CPIR), Ariane Albuquerque (SMDHC/CPD), Fernanda Bezerra (SMDHC/CPD), Thaís Santos (SMDHC/CPD), Sheila Marcolino (CGGDH), Isabella Santos (SMDHC/DPS), Kauã Condense (SMDHC/DPS), Cristiane (PopRua), Karla Jane (SIURB), Valter da Silva (PopRua), Antônio Ferreira (PopRua), Antônio Pereira (PopRua), Gisele Abreu (PopRua), Filipe Silva (PopRua), Ismael Alves, Mariana Coelho (CDHLG), Ruan Oliveira (CDHLG), Caio Murta (CDHLG), Diná Vieira (PopRua), Sofia Barroso (CDHLG), Lora (PopRua), Allan Pozzi (PopRua), Alberto Júnior (CADE-SÉ).

A reunião teve como pauta discutir as possibilidades de canais de denúncias de violações de direitos da população em situação de rua - de ações de zeladoria até equipamentos da assistência social.

Primeiramente foi dado espaço para o relato do sr. **Cleiton Ferreira** (É de Lei), conselheiro do Comitê, que sofreu violência por parte da GCM quando voltava para o lugar no qual foi acolhido. O conselho acordou que sairá uma manifestação coletiva quanto ao ocorrido com o sr. Cleiton.

O sr. **Átila Pinheiro** (RPR) pediu a palavra para manifestar que esteve ausente no conselho por motivos pessoais. Abriu-se o debate sobre a expulsão daqueles e daquelas que não estavam comparecendo às reuniões. Foi acordado que ninguém seria desvinculado imediatamente, essas pessoas seriam acionadas pela coordenação do Comitê. No mesmo sentido, os conselheiros e conselheiras manifestaram interesse em alterar o regimento interno a fim de ter espaço na coordenação do conselho, desta forma, uma comissão foi tirada para o debate do tema. O sr. Robson Mendonça (MEPSR), a sra. Roseli Kraemer (RPR), o sr. Átila Pinheiro e o sr. Cleiton Ferreira demonstraram interesse.

Ainda sobre questões administrativas do conselho, também foi informado que os crachás estavam quase disponíveis para retirada. Os Bilhetes Únicos foram entregues para os presentes representantes da população em situação de rua com 18 cotas - ida e volta.

A sra. **Maria Luiza Burgareli** (SMDHC), informou sobre a possibilidade da integração de membros e membras do Comitê PopRua em um GT sobre a Cracolândia levantado pelo COMUDA, Conselho Municipal de Álcool e Drogas. Tanto o Comitê PopRua quanto o COMPIR, Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, foram convocados para compor o grupo de trabalho. O objetivo é estruturar um documento com recomendações e propostas para mudança da situação da “Cracolândia”. Os srs. Átila Pinheiro, Cleiton Ferreira e Robson Mendonça, junto com a sra. Roseli Kraemer, manifestaram interesse em participar do espaço. Além disso, sugeriram dialogar com profissionais das equipes de ponta.

Informou-se também que haverá a criação de um ponto SEI para o Comitê PopRua a fim de reunir os processos enviados e recebidos por este conselho. A criação faz parte de um movimento dentro da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de fortalecer espaços de participação social, por meio do Departamento de Participação Social da secretaria citada.

Os conselheiros e conselheiras que visitaram o CAE Encosta Norte falaram suas impressões sobre o espaço. Em outras reuniões, haviam sido manifestadas preocupações sobre a readequação de imóveis da antiga Fundação CASA para acolher famílias em situação de rua. Contaram-se 12 quartos com banheiros individuais, capacidade de acolhimento de 100 pessoas. Atualmente o espaço é ocupado por 70 pessoas, sendo 45 crianças.

O centro de acolhida ainda conta com espaços de convivência com TV, parquinho para as crianças, quadra poliesportiva e uma lavanderia. Além disso, o refeitório, a cozinha e a horta são espaços coletivos, e o equipamento faz articulação direta com os serviços da região. Todas as crianças estão matriculadas em escolas e a UBS está presente dentro do espaço de acolhida, conforme informado pelo gerente do serviço.

A sra. **Lindalva Ferreira** (RPR) ressalta a importância de se fazer uma visita surpresa e ouvir os conviventes, além de destacar a importância de uma sala para atendimento psicológico para as pessoas acolhidas.

Dois representantes da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, a sra. **Mariana** e o sr. **Juan**, retomaram a importância da visita surpresa, os resquícios da construção passada e a aparência de celas que os quartos ainda têm. Juan destacou a perspectiva psicológica do espaço, isto é, a própria arquitetura por si só já apresentaria, segundo o representante, marcas de violência. Ele ainda completou que para alguns pode significar a revivência de um episódio de criminalização, uma barreira para dignidade e para a própria ressignificação

do espaço. A sra. Verônica Martines disponibilizou o relatório produzido a partir da visita - ele está disponível para conselheiros e conselheiras.

Posteriormente, seguiu-se para a pauta sobre a possibilidade da formação de um espaço de debate sobre denúncias de violações de direitos contra a população em situação de rua. O sr. **Robson Mendonça** (MEPSR) destacou a importância de se cobrar a presença de outras organizações envolvidas em denúncias ou na defesa da população em situação de rua. O sr. **Átila** (RPR), por sua vez, falou sobre a necessidade da presença de representantes do Ministério Público e da Ouvidoria de Direitos Humanos (ODH) no espaço do Comitê. A sra. **Lora** (PopRua) relatou algumas denúncias que não chegam até os espaços institucionais, sugerindo que o que acontece nem sempre está formalizado pelos canais institucionais. Uma das denúncias diz sobre a situação do CAPS Perdizes, preocupantemente sucateado.

Em relação à zeladoria urbana, o sr. **Humberto** (SMSU) se apresentou e citou que sua equipe de zeladoria é reconhecida por não desmontar uma barraca sequer, demonstrando o compromisso com uma “zeladoria urbana humanizada”.

A sra. **Maíra** (SMADS) esteve na reunião representando o NACI da SMADS. Trata-se de um instrumento para centralizar as denúncias dos centros de acolhida e monitorá-las dentro da própria coordenação responsável por gerir os equipamentos a partir da SMADS. Maíra ainda disse que é um projeto pequeno, com apenas 6 pessoas na equipe tentando montar instrumentos de fiscalização e avaliação das OSCs que gerenciam os serviços socioassistenciais. Afirmou também que é uma equipe comprometida a trabalhar a partir das recomendações trazidas.

Em seguida, abriu-se para as falas. A sra. **Lora** (PopRua) falou sobre a superlotação do 156, sugerindo abrir um novo canal de denúncia. Falou também sobre a necessidade de mudar ou elaborar um mecanismo que proteja a pessoa que denuncia de uma possível represália dentro do serviço, uma das alternativas sugeridas foi a figura de um/a funcionário/a da SMADS dedicado apenas a apurar denúncias de hotéis a fim de melhorar o serviço.

O sr. **Castor** (PopRua) sugeriu que pessoas com deficiência física e/ou dificuldade de locomoção sejam encaminhadas diretamente para os hotéis, mas reforçou que estes precisam estar adequados para receberem pessoas que precisam de acessibilidade.

O sr. **Alderon Costa** (Rede Rua) sugeriu um sistema que tenha transparência desde o material de informação até a divulgação da possibilidade de denúncias qualificadas dentro dos próprios equipamentos, assegurando a proteção do denunciante. Além disso, o conselheiro também pediu urgência nas respostas e no tempo de tramitação de cada denúncia realizada, sobretudo ao próprio usuário. O mesmo pediu três encaminhamentos:

um ofício para a saúde pedindo informações sobre o CAPS Perdizes e a volta do momento de “retorno dos encaminhamentos” no início das reuniões. Alderon aproveitou para divulgar um evento em homenagem a Rede Rua no dia 24 de outubro às 14h na Câmara Municipal.

O sr. **Carlos** (PopRua) pediu que sejam passadas orientações para os funcionários de serviços de acolhimento sobre o tratamento para com a população em situação de rua. Em seguida, o Sr. **Cleiton** pediu atenção ao tratamento diferente no atendimento e acolhimento de denúncias, principalmente quando se trata de pessoas que sofrem discriminações como racismo, lgbtqfobia, machismo, capacitismo, etc. Além disso, o sr. **Cleiton** destacou a importância de se entender o perfil das pessoas que demandam vagas e encaminhá-las para os serviços adequados a fim de reduzir as ocorrências de violência dentro dos equipamentos, sobretudo em relação às pessoas LGBTQIA+.

A sra. **Gisele Abreu** (PopRua) fez denúncias contra o centro de acolhimento para famílias Hotel Victory, destacando que há represália contra os usuários que denunciam abusos por parte da equipe que gerencia o espaço, citando casos de desligamentos sem a apuração devida. A mesma disse que o papel da GCM é constantemente o de punição unilateral, sem prestar o papel de mediação.

Posteriormente, a sra. **Maíra**, representando SMADS, ressaltou que os canais de denúncias como 156, Descomplica, Ouvidorias e Núcleos serão divulgados por um guia que tem como objetivo principal explicar o passo-a-passo do processo de realização de denúncia.

Foi tirada uma comissão para um GT sobre o assunto da pauta no qual se inscreveram: o sr. Alderon Costa, os representantes da CDHLG, a sra. Lindalva Ferreira, o sr. Átila e a sra. Paula, pesquisadora da área. No entanto, o encaminhamento não prosseguiu porque entendeu-se que era necessário tomar conhecimento dos canais de denúncias.

Encaminhamentos:

1. Carta do Comitê sobre a Cracolândia, citando o caso do conselheiro Cleiton Ferreira;
2. GT de alteração regimental;
3. Ofício para CAPS Perdizes questionando situação do local e pedindo mais informações sobre o caso;
4. Ofício solicitando esclarecimentos sobre CAPS Boraceia de acordo com as denúncias recebidas;
5. Formação do GT “Cracolândia”;
6. Convidar as equipes de abordagem da região da cena de uso no centro da cidade para participar do GT “Cracolândia” com COMUDA e COMPIR.